

Ação para conter danos após Lula falar de PF divide governo



O presidente Lula no evento em Itaguaí (RJ), na quinta (23), em que falou de 'armação' Tania Régis/Agência Brasil

Governo se divide e tenta conter danos após Lula falar em armação de Moro

Desgaste com ilação do presidente sobre apuração da PF engrossa lista de problemas da gestão petista, incluindo impasse no Congresso

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA A operação da Polícia Federal sobre o plano da facção criminosa PCC contra o senador Sérgio Moro (União Brasil-UB) dividiu o governo Lula e mobilizou aliados para tentar conter o desgaste do petista.

Enquanto Lula e alguns assessores próximos acirraram a disputa com opositores ao sugerir, sem provas, uma "armação" de Moro no caso, outros lamentaram a declaração do presidente e iniciaram uma operação para corrigir o discurso oficial.

Na avaliação de integrantes do governo, a fala de Lula fortaleceu Moro e recolocou o senador na posição de antagonista do mandatário — em um início de legislatura no Senado em que ele tinha uma atuação apagada.

O desgaste com esse caso engrossou uma lista de problemas do governo nos últimos dias, que incluem ainda um impasse entre Câmara e Senado que emperra MPs (medidas provisórias) de Lula e reclamações internas sobre a atuação do titular da Casa Civil, Rui Costa.

Nesta sexta (24), Lula ainda recebeu diagnóstico de pneumonia e teve que adiar por um dia a viagem à China.

Mesmo assim, reuniu ministros do governo no Palácio da Alvorada e se encontrou com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O objetivo da reunião com Lira foi justamente tentar encontrar uma solução para a disputa com o Senado sobre a tramitação de MPs, que tem paralisado a agenda do Planalto no Congresso.

Em relação à operação da PF, horas após a declaração de Lula falando em "armação" de Moro, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) publicou vídeo em redes sociais em tom oposto, fazendo questão de elogiar a ação da polícia e do Ministério Público "por esse importante trabalho" e dizendo que a facção PCC tinha "graves planos contra a democracia brasileira".

Nos últimos dois dias, a falta de um discurso unificado do Planalto para reagir à notícia de que o PCC planejava ataques contra Moro e outras autoridades ficou evidente. Os desencontros começaram antes mesmo da deflagração da

operação Sequaz pela Polícia Federal na quarta-feira (22).

Na última terça (21), Lula citou o ex-juiz em uma entrevista ao site Brasil 247. Ele disse que, durante sua permanência na prisão, dizia a visitantes que só ficaria bem quando conseguisse "foder esse Moro".

Os planos do PCC vieram a público no dia seguinte, com o início da operação. Opositores imediatamente atuaram para atrelar a fala de Lula da véspera ao esquema criminoso, ao passo que aliados do Planalto tentaram transformar o ocorrido numa pauta positiva.

O objetivo era usar o episódio para destacar que a PF é um órgão de Estado que, no governo petista, trabalha para proteger inclusive um dos principais adversários do presidente da República.

Nessa linha, o ministro da Justiça, Flávio Dino (PSB), rebateu bolsionistas e disse que a investigação era prova de que a corporação policial defende "a vida e a integridade de um senador de oposição ao nosso governo".

Mas enquanto Dino tentava transformar a operação em evidência de republicanismo do atual governo, partes do entorno de Lula alardeavam dúvidas em reuniões privadas sobre o caso.

Integrantes do Planalto apontavam haver coincidência no fato de a operação ter sido deflagrada um dia após o uso, por Lula, da expressão "foder esse Moro"; e que a juíza responsável pelo caso era Gabriela Hardt, que substituiu o próprio Moro nos processos relacionados à Lava Jato.

A versão alardeada por palacianos chegou a Dino e à PF, causando desconforto. O incômodo ocorreu porque a investigação foi feita durante o governo Lula, na gestão de Andrei Rodrigues como diretor-geral da corporação.

A PF está sob a alçada do Ministério da Justiça, razão pela qual o titular da pasta ficou especialmente contrariado com as sugestões de um possível contínuo contra Lula feitas por alguns interlocutores petistas.

Com as explicações dadas por representantes da PF e da Justiça, houve uma tentativa de ajuste no discurso. Palacianos passaram a ponderar que a investigação havia sido conduzida de maneira séria.

DELEGADO QUI TIRAR SIGILO DE APURAÇÃO, DIZ JUSTIÇA

A Justiça Federal do Paraná disse nesta sexta (24) que o pedido para tirar o sigilo da investigação sobre o plano da facção criminosa PCC contra autoridades partiu do delegado da Polícia Federal responsável pelo caso. Em nota, informou que, ao receber o pedido, a juíza Gabriela Hardt, da 9ª Vara Federal de Curitiba, discordou da quebra integral, identificando que poderia trazer riscos às vítimas e aos investigados, e determinou um sigilo parcial. Na prática, isso permitiu que a imprensa tivesse acesso a documentos como decisões que autorizam prisões e buscas. Ela retirou sigilo de parte do processo pouco depois das declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sugerindo possível "armação" do ex-juiz Sérgio Moro no caso. O nome do delegado que fez o pedido da quebra de sigilo não foi informado, mas os pedidos de prisão preventiva foram assinados pelo delegado Martin Bottaro Purpur. A PF não comentou o assunto.

A correção de rumo parecia ter sido alcançada na manhã de quinta (23).

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), se manifestou pela manhã e afirmou que a operação da PF era uma reatuação à fala de Lula e mostrava como a corporação sob o governo petista "protege a vida de todas as autoridades, não só do ex-juiz, do senador, mas de todas as autoridades que possam ser ameaçadas".

No entanto, ao comentar o caso em uma agenda no Rio de Janeiro, o presidente ignorou conselhos de aliados e levantou a ilação de que o caso seria uma "armação do Moro".

"Eu não vou falar porque acho que é mais uma armação do Moro. Quero ser cauteloso, vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro", disse Lula.

Pouco depois dessa declaração, Gabriela Hardt autorizou a divulgação das decisões e pedidos da Polícia Federal relacionados ao caso.

O material apontou que o plano do PCC contra a integridade física de Moro era iminente e que o grupo criminoso monitorou locais que o ex-juiz frequentava, inclusive o clube em Curitiba onde ele votou na eleição de 2022.

Moro reagiu e cobrou "decência" do presidente. "Senhor presidente Lula, o senhor que dá risada da ameaça a um senador e a sua família pelo crime organizado, eu lhe pergunto, o senhor não tem decência?", questionou.

O comentário de Lula e os ataques de opositores selaram a avaliação no governo de que o balanço do episódio é negativo para o Planalto. O diagnóstico é que o pronunciamento foi feito sem a ponderação necessária e ajudou a dar mais holofotes para Moro.

Este vinha de uma sequência de derrotas políticas desde que deixou magistratura. Saiu do governo Jair Bolsonaro (PL) rompido com ele e foi considerado parcial na condução da Lava Jato.

Ensaiou uma candidatura à Presidência, mas acabou se lançando ao Senado pelo Paraná. Vinha com atuação discreta no Congresso. Agora, conseguiu antagonizar com Lula e evoluiu ao noticiário. De quebra, viu o presidente ser contrariado com os dados da investigação da PF que contrariam a tese de uma "armação".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo 1

Seção: Política **Página:** 4